

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 153, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.**

“Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2012, e dá outras providências.”

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

### **L E I**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2012, referentes aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Indireta.

§ 1º Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

I – Tabela comparativa da receita e da despesa do Município, contendo: receitas arrecadadas e despesas realizadas (empenhadas) nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta (2008, 2009 e 2010); receita prevista (estimada) e despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta (2011); receita prevista (estimada) e despesa prevista (estimada) para o exercício a que se refere a proposta (2012); e receitas projetadas (estimadas) e despesas previstas (estimadas) para os dois exercícios seguintes àquele a que se refere a proposta (2013 e 2014);

II – Demonstrativo da receita corrente líquida estimada para 2012;

III - Metodologia e premissa de cálculos realizados, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF;

IV – Anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964);

VI - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (inciso III, do § 1º, do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);

VII - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do § 2º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);

VIII - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita (LRF, art. 5º, II)

IX - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LRF, art. 5º, II);

X - Anexo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais (LRF, art. 5º, I), contendo:

a) Compatibilidade com o Resultado Primário e Metodologia e Memória de Cálculo;

b) Compatibilidade com o Resultado Nominal e Metodologia e Memória de Cálculo;

XI – Anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos.

§ 2º O anexo I deste artigo atualiza os valores relativos às Estimativas de Receita e Despesa para 2012, 2013 e 2014 do Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Lei Municipal nº 3.552, de 15 de setembro de 2011.

§ 3º O anexo II deste artigo atualiza os valores relativos à Estimativa da Receita Corrente Líquida para 2012 do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Lei Municipal nº 3.552, de 15 de setembro de 2011.

§ 4º O anexo VIII deste artigo atualiza os valores relativos à Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita para 2012, 2013 e 2014 do Anexo III-h da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Lei Municipal nº 3.552, de 15 de setembro de 2011.

§ 5º O anexo IX deste artigo atualiza os valores relativos à Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para 2012 do Anexo III-i da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Lei Municipal nº 3.552, de 15 de setembro de 2011.

§ 6º O anexo X deste artigo atualiza os valores relativos às as Metas Fiscais para 2012, 2013 e 2014 do Anexo III-a da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Lei Municipal nº 3.552, de 15 de setembro de 2011.

## **CAPÍTULO II**

### **DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 2º** O Orçamento do Município, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma da despesa fixada acrescida da reserva de contingência.

**Art. 3º** A diferença apurada entre a receita e a despesa, conjugada a reserva de contingência, na administração direta, refere-se às transferências financeiras (interferências) entre estes órgãos e entidades da administração indireta.

## **CAPÍTULO III**

### **DA APRESENTAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO**

#### **Seção I**

##### **Da Classificação Orçamentária da Receita e da Despesa**

**Art. 4º** Fica ao Poder Executivo autorizado a desdobrar a receita orçamentária até o nível solicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS para acompanhamento da execução do orçamento.

**Art. 5º** A despesa fixada é disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários organizados pela classificação da despesa institucional, estrutura programática e natureza da despesa até o nível de elemento.

§1º Considerar-se-á créditos adicionais especiais, para efeitos desta Lei, o crédito orçamentário criado em novo elemento de despesa.

§2º Para fins de execução orçamentária fica autorizado ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo criar, transferir ou extinguir desdobramentos à classificação orçamentária da despesa por elementos de despesa.

§3º O Poder Executivo poderá, por ato próprio, em relação à sua execução orçamentária, criar e modificar as destinações e fontes de recursos.

#### **Seção II**

##### **Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, por Decreto, na Administração Direta, observados os arts. 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, mediante a utilização dos recursos:

I) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 30% (trinta por cento) do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão adicional (re-estimativa), ou despesa fixada no caso de entidades que não possuam receitas próprias;

II) da Reserva de Contingência, com valores específicos para este fim no anexo de riscos fiscais;

III) de excesso de arrecadação proveniente:

a) de receitas vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;

b) de recursos livres;

IV) superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, de acordo com as vinculações originais.

§ 1º O limite para a abertura de créditos suplementares de que trata este artigo, no inciso I, é autorizado individualmente para a administração direta.

§ 2º Poderão ser utilizadas, para efeitos de créditos adicionais, reduções de valores atribuídos a créditos orçamentários de diferentes unidades gestoras do orçamento (administração direta), sendo que os créditos adicionais que envolvam o Poder Legislativo deverão possuir autorização expressa daquele Poder.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 31 de outubro de 2011.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**  
**Prefeito Municipal**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**Sigrid Inês Guthmann Pesenatto**  
Secretária da Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_